



For immediate release – 20 October 2008 – Portuguese to follow

Brazil: Week for Democratisation of Communications

ARTICLE 19 has joined with other Brazilian civil society groups to demand greater public participation in communications policy-making, during the annual Week for Democratization of Communications in São Paulo.

While the right to freedom of expression is protected by the Brazilian Constitution, Brazilian legislative bodies have failed to translate this right into sufficiently robust laws to safeguard it properly. Most legislation governing media outlets in Brazil dates back to the 1960s and is now technically and technologically outdated. Another issue is the lack of proper mechanisms to regulate the media, resulting in a highly concentrated sector with a few companies controlling most sources of information.

Every October, a coalition of civil society groups organizes the Week for Democratization of Communications, in order to raise awareness of the need to democratize the media among the population and to pressure the government for action. This was the second year that ARTICLE 19 joined these activities in São Paulo.

In 2008, groups attending the week of action called on the Federal Government to:

- Convene the first ever National Conference on Communications in consultation with civil society groups and the media. This Conference would be a mechanism through which civil society groups, the media and the government would be able to debate public policies on communications, as has already been done in the health, education, environment and in other sectors.
- Establish greater democracy and transparency in the issuing of radio and television broadcasting licenses. These concessions are granted for limited periods and the concessionaries must comply with contractual and legal obligations in order to have them renewed. It is, however, extremely difficult for civil society organizations and the general public to follow up and monitor the development of the renewal procedures.

In São Paulo, activities included a seminar about three major television channels operating in the state – Globo, Bandeirantes and Record – which had their licenses expired in October 2007. Several citizen groups presented their demands and complaints about media transparency and democratization to the Globo Television representative, the only channel that participated in the debate, and to the Federal Government

representative. Similar activities also happened in the cities of Brasília and Rio de Janeiro during the week.

As part of the broadcasting license renewal process, two public hearings were approved in the Chamber of Deputies and will probably happen next November. ARTICLE 19 welcomes this initiative and recommends that these publicly accessible procedures are adopted widely for the renewal processes.

ARTICLE 19 highlights the importance of public participation in decision-making processes regarding public policies in communications and urges the Federal Government to immediately organize a National Conference on Communications through consultation with, and the participation of, civil society groups and the media.

NOTES TO EDITORS

- For more information, contact Jamila Venturini, jamila@article19.org or +55 11 3057 0042
- Article 19 is an independent human rights organization which works in various countries to promote and defend freedom of expression and the right to information. Its name comes from Article 19 of the Universal Declaration of Human Rights, which guarantees the freedom of expression.



Para divulgação imediata – 20 de outubro de 2008

Brasil: Semana pela Democratização da Comunicação

A ARTIGO 19 se integrou a outras organizações da sociedade civil brasileira para exigir mais participação pública na elaboração de políticas públicas de comunicação durante a Semana pela Democratização da Comunicação em São Paulo.

Apesar do direito à liberdade de expressão estar protegido pela Constituição Federal brasileira, até hoje o país não dispõem de uma legislação apropriada e capaz de garantir este direito plenamente. Grande parte das leis direcionadas aos meios de comunicação no Brasil são da década de 1960 e atualmente encontram-se desatualizadas técnica e tecnologicamente. Outro problema é a falta de mecanismos para regulação da mídia, o que resulta num setor altamente concentrado e com poucas empresas controlando a maioria das fontes de informação da população brasileira.

Todo mês de outubro, uma coalizão de grupos da sociedade civil organiza a Semana pela Democratização da Comunicação, visando conscientizar a população sobre a necessidade de se democratizar a mídia e pressionar o governo por ações na área. Este foi o segundo ano no qual a ARTIGO 19 integrou as atividades da Semana em São Paulo.

Em 2008, os grupos participantes da Semana exigiram que o governo federal:

- Convoque a primeira Conferência Nacional de Comunicação em conjunto com grupos da sociedade civil e dos meios de comunicação. Esta Conferência seria um mecanismo através do qual diversos setores da sociedade civil, representantes dos meios de comunicação e do governo poderiam discutir políticas públicas em comunicação, como já acontece nas áreas de saúde, educação, meio ambiente, entre outras.
- Estabeleça mais democracia e transparência na distribuição de licenças de rádio e televisão. As concessões de rádio e TV são garantidas aos concessionários por um período determinado de tempo, no qual estes devem cumprir com obrigações contratuais e legais para que possam tê-las renovadas. No entanto, é extremamente difícil para as organizações da sociedade civil e o público em geral acompanhar e monitorar os procedimentos de renovação.

Em São Paulo, as atividades da Semana incluíram um seminário sobre as concessões de três grandes canais de TV que operam no estado: Globo, Bandeirantes e Record, que tiveram suas licenças vencidas há um ano. Na ocasião, muitos grupos da sociedade civil apresentaram demandas e denúncias para o representante da TV Globo, o único presente no debate, e para a representante do governo federal. Atividades similares ocorreram também nas cidades de Brasília e do Rio de Janeiro.

Como parte do processo de renovação das concessões destas emissoras, duas audiências públicas foram aprovadas na Câmara dos Deputados e devem ocorrer provavelmente no mês de novembro. A ARTIGO 19 felicita esta iniciativa e recomenda que estes procedimentos de participação pública sejam adotados amplamente nos processos de renovação de concessões.

A ARTIGO 19 também destaca a importância de participação pública nos processos de tomada de decisão sobre políticas públicas de comunicação e exige que o governo federal organize imediatamente a Conferência Nacional de Comunicações através de consultas com e a participação da sociedade civil e dos meios de comunicação.

NOTAS PARA OS EDITORES

- Para mais informações, contatar Jamila Venturini, jamila@article19.org or +55 11 3057 0042
- A ARTIGO 19 é uma organização de direitos humanos, independente, que trabalha em diversos países na promoção do direito à liberdade de expressão. Seu nome vem do artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que garante a liberdade de expressão e informação.